

# Posfácio

[POR QUE LER NELSON RODRIGUES DOS SANTOS]

**M**inha geração teve o privilégio de assistir à maior revolução na história da medicina brasileira: a criação do SUS. O sanitarista Nelson Rodrigues dos Santos não foi meu professor na Faculdade de Medicina da USP, mas, no convívio que tivemos, entendi pela primeira vez o significado da saúde pública, área à qual ele tem se dedicado nos últimos sessenta anos. Neste livro ele conta a história do nosso sistema único de saúde desde as ideias que precederam sua criação e as dificuldades enfrentadas para implantá-lo, mostra os desafios impostos pela pandemia e as barreiras que as gerações futuras encontrarão para torná-lo acessável a todos, num país com tantas desigualdades. Na análise, o autor fala das ilhas de excelência do sistema, nas quais “as diretrizes do SUS ganham concretude”: a Atenção Básica à Saúde, os CAPS, o enfrentamento da AIDS, os programas nacionais de transplantes de órgãos, de hemoterapia, de imunizações, de distribuição de medicamentos de alto custo e de atendimentos de emergência por meio do SAMU. É impressionante termos conseguido tanto em tão pouco tempo. Ao lado desses avanços, ele junta dez reconhecimentos negativos, nas quais avançamos com dificuldades, que vão da redução continuada do aporte financeiro federal, aos empecilhos para organizarmos as Regiões de Saúde, “conjuntos formados por municípios limítrofes com estrutura suficiente para o atendimento universal”. Este livro é uma preciosidade. É uma análise da saúde pública brasileira feita por um de nossos sanitaristas mais respeitados.

— Drauzio Varella Médico, escritor e comunicador

# Posfácio

OS VERBOS DE NELSON RODRIGUES DOS SANTOS: TORNAR-SE HUMANO E CIVILIZAR

**S**US e Estado de bem-estar social: perspectivas pós-pandemia, obra de um dos principais articuladores da construção do Sistema Único de Saúde (SUS), Nelson Rodrigues dos Santos, apresenta uma visão de fatos sociais, políticos, econômicos, tecnológicos, sanitários e humanitários ocorridos nas últimas décadas, mostrando o desempenho do SUS no enfrentamento da pandemia da Covid-19 e os seus efeitos na sociedade global. Um balanço que evoca o trabalho de quem prepara o pão no silêncio de seu saber-fazer, até o calor do fogo permitir saber o pão. Saber e sabor, etimologicamente, são palavras de mesma significação. Obra a ser saboreada, pois seu tempero é a sabedoria de vida de quem viveu e maturou experiências e conhecimentos.

*Um balanço maduro, oportuno, realista, tocado pelo espírito de humanidade, característico do autor, que tem grande senso político e social, que demonstra nesta obra as contradições da política, da financeirização da economia, do Estado de bem-estar social que floresce, fenece, renasce, do enfraquecimento da política, de sucessos e insucessos do SUS, das alegrias e decepções do povo brasileiro, da geração de lideranças forjadas na negação da política e sob a exaltação do autoritarismo, o ovo da serpente de que ele nos diz, e que pode ser uma ameaça às garantias e aos direitos individuais e sociais e à democracia.*

*Suas reflexões têm um traço distinto, marca de sua vida pessoal e profissional, que é a sua crença na civilização, construída pelo ser humano há não mais do que dez mil anos, e nos valores éticos e democráticos. Ingredientes a sustentar no leitor, a sua fé na caminhada, mesmo sem ignorar que a história da civilização ainda cultua mais os heróis da guerra do que os da paz.*

*Não poderia deixar de dizer que convivo com Nelson Rodrigues dos Santos há 35 anos, iniciados na época da construção do Sistema Unificado e Descentralizado da Saúde (SUDS), quando o conheci pelas mãos do saudoso e valoroso Gilson Carvalho, meu cunhado e compadre. Desde sempre, fui tocada pelo seu espírito humanista, sua compaixão e compreensão das grandezas e fraquezas humanas, seu compromisso público e seus valores democráticos. Acompanhei uma parte de sua carreira de médico sanitarista dedicada a construir um sistema público de saúde, universal e igualitário, sempre sob a chama do entusiasmo e fé na vida.*

*Este texto, que tenho a honra de posfaciar e desde logo agradeço o privilégio, é dotada de saberes transmitidos com a elegância dos intelectuais discretos e humanistas. Ela tem como centro a construção do SUS e seu trajeto de 34 anos e como pano de fundo, o desenvolvimento do estado de bem-estar social centrado na proteção do cidadão, nos valores inerentes a uma civilização madura que avança ao reconhecer e garantir direitos sociais, como saúde, educação, meio ambiente, previdência e renda mínima.*

*Sem perder de vista as tentativas de desconstrução desse modelo de estado de bem-estar social, como as investidas neoliberais do final dos anos 1970 e a financeirização da economia a partir dos anos 1980, que se tornou global, concentrou renda, ampliou as desigualdades, com o Estado servindo mais ao capital do que ao cidadão. Nos anos de redemocratização do Brasil, surge a construção do SUS, com idas e vindas, progressos e interdições, construção e desconstrução de políticas públicas sanitárias.*

*Como participante de sua idealização e construção, o autor nos leva a refletir sobre esse sistema que, em sua grandeza de sobrevivente, com apenas 34 anos, pôde expandir-se por 5.570 municípios, 26 estados e os Distrito Federal, e garantir assistência às pessoas acometidas de Covid-19 em todo o território nacional. Um fato notável, que por si só justificaria a sua criação do SUS. A sua garra – verdadeiramente a das pessoas que labutam diuturnamente no Sistema, anônimos, mal assalariados, na maioria das vezes – foi valorizada perante a população nessa crise sanitária. Se ainda cabe dizer mais, depois dessa costura intelectual de elementos factuais, reflexivos, pesquisas, saberes e estudos de Nelson Rodrigues dos Santos, usaria tecer breves esclarecimentos sobre um ou outro aspecto da saúde pública por ele considerados.*

*Tomando suas reflexões, vejo sobressair nessa crise sanitária, a questão das autonomias federativas mitigadas pela União, lembrando ser ela o ente que mais arrecada tributos no país e detém o maior número de competências constitucionais. Fato que se reflete na organização e funcionamento do SUS, que mesmo com a extinção do Inamps, mantém um desvio centralista, especialmente em relação às transferências de recursos aos estados e municípios, motivo talvez do não cumprimento dos critérios de rateio da Lei Complementar nº 141, de 2012. Mantêm-se ainda vigente o espírito “inampiano” do “pagamento por serviços” e não o do “rateio federativo” para financiar políticas de saúde. Até mesmo a pactuação interfederativa, muitas vezes, se vê marcada pelo desvio de aplicação de recursos financeiros, como o controle federal sobre a execução de orçamento e financeiro dos serviços estaduais e municipais, quando deveria ser pela avaliação dos resultados da execução das políticas de saúde. A questão da autonomia federativa foi escancarada durante a pandemia, com o Poder Judiciário tendo que reafirmá-la em relação aos estados-membros.*

*Outro relevante aspecto que o autor discorreu longamente, refere-se à hegemonia do capital financeiro a partir dos anos 1980 que, entre seus malefícios, está o desprezo pelo trabalhador, e pela dignidade do trabalho, afetando o sentimento de bem comum da comunidade. A falta de reconhecimento de dignidade na atuação de trabalhadores em geral, decorrente dessa financeirização da economia, denominada por Nelson de “proletarização difusa”, citando Álvaro Linera, remete ao SUS e a sua intensa “pejotização” e outras formas de contratos de prestação de serviços de pessoa jurídica a substituir as relações de trabalho. Isso sem falar na revolução tecnológica a afetar o trabalho humano e as relações sociais, com diminuição de rendimentos, aumento da carga horária de trabalho, afetando o serviço público de saúde. As consequências dessa transição tecnológica nas relações sociais e familiares, que eleva as ansiedades e expectativas irreais de jovens e crianças e aumenta os índices de angústia, depressão e suicídio, conforme o autor, fatalmente sobrecarregarão o SUS.*

*Como não poderia deixar de ser, o SUS foi contaminado por todos esses aspectos econômicos, sociais, tecnológicos e poucos são os debates e ações para o seu enfrentamento, agravando seus problemas ainda não superados como os do subfinanciamento e da administração pública. A gestão pública, objeto de reformas nessas últimas décadas, não foi capaz de resolvê-los e o que parece ter sido carimbado no Estado é a sua incapacidade de prestar serviços, com a apologia de que o setor privado faz melhor. Ora, essa é uma visão empobrecida da função do Estado que bem combina com a demonização da política.*

*Daí o autor chamar a atenção para “o desafio da permanente vigilância e controle pelo conjunto da sociedade sobre os aparelhos do Estado”. Vigilância indispensável para evitar rupturas como a questão do capital estrangeiro na saúde que adentrou os serviços de saúde ao arrepio do artigo 199, § 3º da Constituição, que o veda. A Lei nº 13.097, de 2015, abriu totalmente as áreas da saúde para tais investimentos, não tendo até hoje sido julgada a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.439, de*

*2015. A verdade é que os macroproblemas da saúde persistem, tanto que ainda se reserva ao SUS o valor de R\$ 3,80 per capita/dia para a garantia da saúde de toda a população brasileira.*

*Por fim, conforme o autor, a atenção primária da saúde, modelo de assistência que tem na ação preventiva, na promoção e na proteção da saúde seus maiores propósitos, ainda não alcançou suficiência e qualidade, estando sob o risco de maior ingerência da União, franqueado pela Lei n° 13.958, de 2019, na contramão da competência do município, e supletivamente, do Estado.*

*Ao encerrar, reproduzo a reflexão de Hannah Arendt, em A condição humana, de que os homens, embora devam morrer, não nascem para morrer, mas para começar. Nelson Rodrigues dos Santos ainda que nos traga inquietações, nos anima a continuar a caminhada, com fé e esperança na civilização e na humanidade, e de modo bem concreto, conclama seus leitores a “democraticamente ‘tomar’ o Estado e o reestruturar para a qualidade de vida e garantia dos direitos humanos universais”.*

— Lenir Santos

Presidente do Instituto de Direito Sanitário Aplicado